

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

Sessão Deliberativa – 02/06 – 14h - Plenário da Câmara dos Deputados

Está prevista Sessão Deliberativa semipresencial para a apreciação de vetos.

VET 46/2021 – Veto parcial aposto ao PL 2.108/2021 (nº 2.462/1991, na Câmara dos Deputados), em relação à Lei de Segurança Nacional e Crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Resultado: Sessão deliberativa cancelada.

SENADO FEDERAL

Plenário – 31/05, às 14h, 01/06, às 16h e 02/06, às 10h

As sessões deliberativas no Plenário do Senado desta semana ocorrerão na terça, quarta e quinta-feira, sob o “esforço concentrado” convocado pelo presidente do Senado Federal, para a apreciação de autoridades que dependem de votação nominal e presencial. Dentre elas, destacam-se:

- OFS 20/2021 – João Paulo Santos Schoucair - CNJ (em vaga destinada a membro de Ministério Público Estadual);
- OFS 09/2022 – Jayme Martins de Oliveira Neto – CNMP (em vaga indicada pelo Supremo Tribunal Federal).

Na terça-feira, dia 31/05, além das autoridades, é aguardada a apreciação da seguinte Medida Provisória:

- MP 1.085/2021, que dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos - SERP, para simplificação dos procedimentos relativos aos registros públicos de atos e negócios jurídicos.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

Resultado: Nesta semana, o Plenário do Senado Federal apreciou a condução das autoridades às entidades públicas que ainda restavam pendentes. Dentre elas, o OFS 20/2021 – João Paulo Santos Schoucair - CNJ (em vaga destinada a membro de Ministério Público Estadual) e o OFS 09/2022 – Jayme Martins de Oliveira Neto – CNMP (em vaga indicada pelo Supremo Tribunal Federal).

A MP 1.085/2021, que dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos - SERP, para simplificação dos procedimentos relativos aos registros públicos de atos e negócios jurídicos, também foi apreciada. A matéria retorna à Câmara dos Deputados, por sofrer alterações em seu texto.

E na quinta-feira, dia 02/06, por já terem apreciado todas as indicações de autoridades pendentes, foram aprovadas em seus dois turnos a PEC 11/2022, que institui o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira e a PEC 47/2021, que acrescenta o inciso LXXIX ao art. 5º da Constituição Federal, para introduzir a inclusão digital no rol de direitos fundamentais. Ambas as matérias vão à Câmara dos Deputados.

Foi aprovado também o PL 2.486 /2021, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria o Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física. Esta matéria vai à sanção presidencial.

Comissão de Constituição e Justiça – 31/05, às 9h30 - Plenário 03

PEC 110/2019, que altera o Sistema Tributário Nacional, promovendo a Reforma Tributária. O relator, Senador Roberto Rocha (PTB/MA), apresentou parecer favorável, com o acatamento de emendas.

Resultado: Não deliberado.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 31/05 e 01/06, às 13h55 e 02/06, às 9h – Sessão deliberativa

É aguardada a leitura das seguintes Medidas Provisórias, que depois de serem lidas, passarão a sobrestar a pauta:

MP 1.095/2021, que revoga dispositivos da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, referentes à tributação especial da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação relativa à nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas. Votação do texto da proposição modificado no Senado Federal;

- MP 1.100/2022, que promove ajustes na cobrança da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre a cadeia de produção e de comercialização de etanol hidratado combustível;

MP 1.101/2022, que dispõe sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da Covid-19 nos setores de turismo e de cultura.

Também poderão ser deliberados requerimentos de urgências e proposições legislativas, dos quais destacam-se:

- PL 4.566/2021, que tipifica a conduta de injúria racial em local público ou privado aberto ao público de uso coletivo; advindo como um Substitutivo do Senado Federal;
- PL 4.438/2021, que altera o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), para estabelecer medidas protetivas de urgência para idosos e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta, mediante acordo de líderes.

Resultado: O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na sessão deliberativa de terça-feira, dia 31/05, a MP 1.095/2021, que revoga dispositivos da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, referentes à tributação especial da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação relativa à nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas. Foi aprovado, em parte, o texto advindo do Senado Federal. A matéria vai à sanção presidencial.

Também foi aprovada o texto integral da MP 1.085/2021, que dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos - SERP, para simplificação dos procedimentos relativos aos registros públicos de atos e negócios jurídicos, que retornou do Senado Federal. A matéria vai à sanção presidencial.

Na quarta-feira, dia 01/06, foram aprovadas a MP 1.100/2022, que promove ajustes na cobrança da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre a cadeia de produção e de comercialização de etanol hidratado combustível; e a MP 1.101/2022, que dispõe sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da Covid-19 nos setores de turismo e de cultura. Ambas as matérias seguem para o Senado Federal.

Não foram apreciados o PL 4.566/2021, que tipifica a conduta de injúria racial em local público ou privado aberto ao público de uso coletivo; advindo como um Substitutivo do Senado Federal, e o PL 4.438/2021, que altera o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), para estabelecer medidas protetivas de urgência para idosos e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la.

GT do novo Código de Processo Penal (CPP) - 31/05 – 10h – Plenário 05

Apreciação das emendas ao Substitutivo do Relator, item "d" do Roteiro de Trabalho.

Título VIII (Da Prova – meios de obtenção) - art. 263 a 320. (Apreciação nos termos do art. 50, III, "a", do Regimento Interno).

Deputado João Campos (Republicanos/GO);

Relator Deputada Margarete Coelho (PP/PI) – Coordenadora.

Resultado: Reunião realizada.

**Comissão de Constituição e Justiça – 31/05, às 13h; 01/06 e 02/06, às 9h -
Plenário 01**

PEC 68/2007, que proíbe o sigilo processual nos casos de crimes praticados contra a Administração Pública.

O relator, Deputado Kim Kataguirí (União/SP), apresentou parecer pela sua admissibilidade, em conjunto com a PEC 34/2015, acrescenta a alínea "a" ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal, vedando a concessão de sigilo de justiça nas ações judiciais que versarem sobre lesões contra o patrimônio público de natureza cível ou criminal.

Resultado: Aprovado o parecer do relator, Deputado Kim Kataguirí (União-SP). A proposta será encaminhada ao Plenário da Câmara dos Deputados.

PEC 163/2012, que dá nova redação aos arts. 93, 95 e 103-B, da Constituição Federal, para vedar a concessão de aposentadoria como medida disciplinar e estabelecer a perda de cargo de magistrado nos casos de quebra de decoro.

O relator, Deputado Kim Kataguirí (União/SP), apresentou parecer pela sua admissibilidade. A PEC 505/2010, foi desamparada desta.

Resultado: Não deliberado.

PL 4.895/2020, que altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 para criar o crime de “Intimidação violenta”.

A relatora, Deputada Margarete Coelho (PP/PI), apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 4.483/2020, que altera os artigos 7º e 16 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para aperfeiçoar o bloqueio de bens e garantir os resultados da ação de improbidade administrativa.

O relator, Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – 31/05 –

1 4 h - Plenário 06

PL 5.417/2020, que estabelece normas para publicidade de armas de fogo em todo território nacional e dá outras providências.

O relator, Deputado Eli Correa Filho (DEM/SP), apresentou parecer pela rejeição da matéria.

Resultado: Não deliberado.

Comissão de Finanças e Tributação – 01/06 – 10h30 – Plenário 04

PL 998/2020, que cria 6 (seis) cargos de Procurador Regional do Trabalho no quadro de pessoal do Ministério Público do Trabalho, de autoria do Ministério Público da União.

O relator, Deputado Julio Cesar (PSD-PI), apresentou parecer pela aprovação.

Resultado: Não deliberado.

Comissão de Cultura - 01/06 – 15h30 – Plenário 10

Está prevista Audiência Pública semipresencial para discutir os impactos da Mineração ao Patrimônio Cultural em MG.

Convidados:

- 1) Larissa Peixoto - Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;
- 2) Marília Machado - Presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, IEPHA-MG;
- 3) Françoise Jean de Oliveira - Diretora de Patrimônio de Belo Horizonte - gab.fmc@pbh.gov.br e francoise.jean@pbh.gov.br;
- 4) Carlos Bruno - Procurador da República em Minas Gerais. Titular de ofício ambiental na Procuradoria da República em Minas Gerais;**
- 5) Edmundo Antônio Dias Netto - Procurador da República em Minas Gerais. Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão - Povos e Comunidades Tradicionais;**
- 6) Frederico Pellucci - Procurador da República no Município de Sete Lagoas/MG;
- 7) Marcelo Maffra - Promotor de Justiça da Coordenadoria de Patrimônio do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
- 8) Bella Gonçalves - Vereadora de Belo Horizonte;
- 9) Professor Flávio Carsalade - Conselheiro Estadual do Patrimônio, Professor de Arquitetura da UFMG e Representante do ICOMOS/UNESCO - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios;

10) Ana Flávia - Professora de Antropologia da UFMG e Representante do GT Povos e Comunidades Tradicionais, Etnicidades e Ancestralidade da Associação Brasileira de Antropologia;

11) Valderes Quentino - Membro da Federação das Comunidades Quilombolas de MG / N`Golo e Representante das Comunidades Atingidas pela Mineração no Município de Serro-MG;

12) Professor Mateus Leite - Professor de Direito da PUC Minas e advogado da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais - N`Golo;

13) Makota Cássia Kidoialê - Integrante do Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango e Representante de movimentos de proteção à Serra do Curral - Belo Horizonte - MG;

14) Jeanine Oliveira - Representante do Projeto Manuelzão/UFMG e da movimentação Tire o Pé da Minha Serra;

15) Thaísa Nogueira - Práxis Projetos e Consultoria, responsável pela elaboração do Dossiê de Tombamento da Serra do Curral.

Resultado: Reunião realizada.

**Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – 02/06 –
9 h - Plenário 08**

Está prevista Audiência Pública Semipresencial para discutir a abordagem e busca pessoal como instrumento de prevenção da violência.

Convidados:

1) Daniel De Macedo Alves Pereira: Defensor Público-Geral Federal - Defensoria Pública da União – DPU;

- 2) Heder Martins de Oliveira : Presidente Federação Nacional de Praças – ANASPRA;
- 3) Hugo Leonardo: Presidente Instituto de Defesa do Direito de Defesa – IDDD;
- 4) Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares : Presidente Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP;
- 5) Marcus Firme Dos Reis: Presidente Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF;
- 6) Marlon Jorge Teza: Presidente Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares – FENEME;
- 7) Paulo José Reis De Azevedo Coutinho: Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais da Polícia Militar – CNCG;
- 8) Renata Gil de Alcântara Videira: Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB;
- 9) Rodolfo Queiroz Laterza: Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL DO BRASIL;
- 10) Ubiratan Cazetta: Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR.**

Resultado: Reunião realizada.

**Comissão de Direitos Humanos e Minorias, conjunta com a Comissão
Externa para Acompanhar a Situação da População Yanomami na Região
Waikás – 02/06 – 10 h - Plenário 10**

Está prevista Audiência Pública Semipresencial para discutir debater sobre os resultados da diligência à Terra Indígena Yanomami.

Convidados:

- 1) ANDERSON GUSTAVO TORRES, Ministro da Justiça e Segurança Pública - (a confirmar);
- 2) PAULO TEIXEIRA DE SOUZA OLIVEIRA, Delegado da Polícia Federal e Representante da Polícia Federal - (Confirmado);
- 3) GEOVÂNIO OITAIA PANTOJA, Representante do Presidente da Fundação Nacional do Índio (Confirmado);
- 4) **ALISSON MARUGAL, Procurador Federal e representante da 6ª Câmara do Ministério Público Federal - (Confirmado);**
- 5) **MIGUEL DE ALMEIDA LIMA, Procurador-Chefe da República do Ministério Público Federal em Roraima - (a confirmar);**
- 6) RENAN SOTTO MAYOR, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - (a confirmar);
- 7) JAN JARAB, Representante Regional do Alto Comissariado das Nações Unidas no Brasil - (Confirmado);
- 8) REGINALDO RAMOS MACHADO, Secretário Especial de Saúde Indígena - (a confirmar);
- 9) DANIEL DE MACEDO ALVES PEREIRA, Defensor-Público-Geral Federal - (a confirmar).

Resultado: Reunião realizada.

Comissão de Direitos Humanos e Minorias – 02/06 – 10h - Plenário 09

Está prevista Audiência Pública Semipresencial para discutir o Panorama dos 5 anos da Lei de Migrações.

Convidados:

1. Silvia Ruks, Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas no Brasil; (participação confirmada)
2. Luísa Cruz, Coordenadora de Projetos da Organização Internacional para as Migrações-OIM (participação confirmada)
3. Federico Martinez, Representante Adjunto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados-ACNUR no Brasil; (participação Confirmada)
4. Virgínia Berriel, Representante do Conselho Nacional de Direitos Humanos-CNDH; (participação confirmada)
5. Representação brasileira do Comitê Internacional da Cruz Vermelha;
6. Ministério da Justiça;
7. Defensoria Pública da União;
8. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;
9. Associação Brasileira de Especialistas em Migração e Mobilidade Internacional;
10. Irmã Rosina, Instituto de Migrações e Direitos Humanos; (participação confirmada)
11. Camila Asano, Representante Conectas Direitos Humanos; (participação confirmada)

12. Elton Bozetto, Coordenador do Fórum Permanente de Mobilidade Humana; (participação confirmada)

13. André de Carvalho Ramos, Procurador da República; (participação confirmada)

14. Deisy Ventura, Pesquisadora e Professora da USP. (participação confirmada)

Resultado: Reunião realizada.